

-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

17 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3165/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 05 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Paula Cristina Ferreira Bento Ribas, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida a 19/11/1971, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

17 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3166/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 05 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Maria de Fátima Mendes Furtado Tavares, natural de São Lourenço dos Órgãos, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 26/05/1961, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

17 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3167/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 05 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Antónia Sebastiana de Sousa Cardoso Cruz, natural de Santa Filomena, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade são-tomense, nascida a 13/06/1959, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

17 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho n.º 3280/2008

De acordo com o preceituado no n.º 2 e na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente* na avaliação de desempenho traduz-se no reconhecimento de mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe concedido o direito à promoção na respectiva carreira, independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Nestes termos e por despacho de 13 de Dezembro de 2007 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso de competências delegadas pelo despacho n.º 12 163/2007 de 19-06-2007 — publicado no D.R. 2.ª série n.º 116, de 19-06-2007, foi Paulo José Conceição Beliche, Esp. Inf. Grau 1/N-1, escalão 3, índice 500, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, nomeado definitivamente na categoria de Esp. Inf. Grau 2/N-1, escalão 1, índice 600, com efeitos à data de assinatura do termo de aceitação de nomeação.

13 de Dezembro de 2007. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Despacho n.º 3281/2008

De acordo com o preceituado no n.º 2 e na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente*

na avaliação de desempenho traduz-se no reconhecimento de mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe concedido o direito à promoção na respectiva carreira, independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Nestes termos e por despacho de 13 de Dezembro de 2007 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 12 163/2007 de 19-06-2007 — publicado no D.R. 2.ª série n.º 116 de 19-06-2007, foi Teodomira da Conceição Madeira Fadista, Téc. Prof. 1.ª cl., escalão 2, índice 228, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, nomeada definitivamente na categoria de Téc. Prof. Principal, escalão 1, índice 238, com efeitos à data de assinatura do termo de aceitação de nomeação.

13 de Dezembro de 2007. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Despacho n.º 3282/2008

De acordo com o preceituado no n.º 2 e na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente* na avaliação de desempenho traduz-se no reconhecimento de mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe concedido o direito à promoção na respectiva carreira, independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Nestes termos e por despacho de 13 de Dezembro de 2007 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso de competências delegadas pelo despacho n.º 12 163/2007 de 19-06-2007 — publicado no D.R. 2.ª série n.º 116 de 19-02-2007, foi João Paulo Rodrigues Fialho, Esp. Inf. Grau 2/N-1, escalão 3, índice 680, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região Alentejo, nomeado definitivamente na categoria de Esp. Inf. Grau 3/N1, escalão 1, índice 720, com efeitos à data de assinatura do termo de aceitação de nomeação.

13 de Dezembro de 2007. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Despacho n.º 3283/2008

De acordo com o preceituado no n.º 2 e na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente* na avaliação de desempenho traduz-se no reconhecimento de mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe concedido o direito à promoção na respectiva carreira, independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Nestes termos e por despacho de 13 de Dezembro de 2007 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 12 163/2007 de 19-06-2007 — publicado no D.R. 2.ª série de 19-06-2007, foi Gertrudes Maria Rosa Ramalho Santiago, Téc. Prof. 1.ª cl., escalão 2, índice 228, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região Alentejo, nomeada definitivamente na categoria de Téc. Prof. Principal, escalão 1, índice 238, com efeitos à data de assinatura do termo de aceitação de nomeação.

13 de Dezembro de 2007. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Despacho n.º 3284/2008

De acordo com o preceituado no n.º 2 e na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente* na avaliação de desempenho traduz-se no reconhecimento de mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe concedido o direito à promoção na respectiva carreira, independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Nestes termos e por despacho de 13 de Dezembro de 2007 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso de competências delegadas pelo despacho n.º 12 163/2007 de 19-06-2007 — publicado no D. R. 2.ª série n.º 116 de 19-06-2007, foi Francisco Carlos Estrela Maia Lopes Faria, Téc. Sup. 2.º cl., escalão 2, índice 415, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, nomeado definitivamente na categoria de Téc. Sup. 1.ª cl., escalão 1, índice 460, com efeitos à data de assinatura do termo de aceitação de nomeação.

13 de Dezembro de 2007. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Despacho n.º 3285/2008

De acordo com o preceituado no n.º 2 e na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente*

na avaliação de desempenho traduz-se no reconhecimento de mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe concedido o direito à promoção na respectiva carreira, independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Nestes termos e por despacho de 13 de Dezembro de 2007 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso de competências delegadas pelo despacho n.º 12 163/2007 de 19-06-2007 — publicado no D.R.2.ª série n.º 116 de 19-06-2007, foi António Maria Mira Godinho, Assessor, escalão 1, índice 610, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região Alentejo, nomeado definitivamente na categoria de Assessor Principal, escalão 1, índice 710, com efeitos à data de assinatura do termo de aceitação de nomeação.

13 de Dezembro de 2007. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho n.º 3286/2008

Por despacho do Inspector — Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território de 08 de Janeiro de 2008:

Ana Cristina Jorge Branco, inspectora principal da Inspecção — Geral do Ambiente, nomeada chefe de equipa multidisciplinar do Ordenamento do Território integrada no Serviço de Inspecção F (SI F), nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º e do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 276-B/2007, de 31 de Julho.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Janeiro de 2008.

14 de Janeiro de 2008. — A Directora de Serviços, *Ana Maria Veríssimo*.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Departamento de Finanças e Gestão Administrativa

Despacho (extracto) n.º 3287/2008

Por despachos de 29 de Outubro e de 19 de Novembro de 2007, respectivamente do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. e do Presidente do Conselho Directivo do Turismo de Portugal, I. P.:

Isabel Beija Celestino da Costa, assessora principal do Turismo de Portugal, I.P. — requisitada com a mesma categoria para exercer funções no Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

14 de Janeiro de 2008. — A Directora, *Otilia Martins*.

Despacho (extracto) n.º 3288/2008

Por despacho de 6 de Dezembro de 2007 do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e despacho de concordância de 26 de Dezembro de 2007 do Secretário de Estado do Ambiente:

Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, técnico superior de 1.ª classe, da carreira de consultor jurídico do quadro do Instituto da Conservação da Natureza — autorizado o pedido de uma licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março com efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2008.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

14 de Janeiro de 2008. — A Directora, *Otilia Martins*.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Direcção de Administração e Recursos Humanos

Aviso n.º 3168/2008

Por despacho do presidente do conselho directivo de 2007, Maria da Conceição Lopes Aleixo Fernandes, arquitecta assessora, do quadro da

ex-Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, da ex-Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — autorizada, a seu pedido, a licença sem vencimento por um ano, a partir de 1 de Março de 2008, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

11 de Dezembro de 2007. — A Directora, *Isabel Sá Costa*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção Regional da Economia do Alentejo

Aviso n.º 3169/2008

Por despacho de 2008.01.08 foi concedida Licença de Exploração ao processo de licenciamento da pedreira denominada “Monte dos Frades”, sita em Herdade de Monte dos Frades, freguesia de S. Vicente e Ventosa, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, para extracção de gabrodioritos cinzentos para fins ornamentais, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de Outubro alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro, explorada pela empresa MULTIGRANITOS — Transformação de Granitos, Unipessoal, Lda.

Tal processo foi objecto de EIA tendo obtido Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionada, em 26 de Janeiro de 2007.

8 de Janeiro de 2008. — O Director Regional, *António Mendes Pinto*.

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 3289/2008

Rectificação ao certificado de reconhecimento de qualificação de reparador e instalador de tacógrafos n.º 101.25.94.6.033

No certificado de reconhecimento de qualificação de reparador e instalador de tacógrafos n.º 101.25.94.6.033, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 183, de 9 de Agosto de 1994, a nome da empresa passa a ser o seguinte:

Ângela e Pereira, L.^{da}

ficando as demais disposições do anteriormente publicado.

26 de Setembro de 2000. — O Vice-Presidente, *Eduardo Farinha*.

3000228322

Região de Turismo Leiria/Fátima

Aviso n.º 3170/2008

Reclassificação

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força e com as adaptações constantes do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e às regiões de turismo pelo Decreto-Lei n.º 287/91, de 9 de Agosto, e no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, faz-se público que, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro aplicável à administração local com as adaptações constantes do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, Cecília Cristina Afonso Mendes Pedrosa é reclassificada para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, por meu despacho de 17 de Dezembro de 2007. A respectiva reclassificação deve produzir efeitos a partir da sua publicação no *Diário da República*.

20 de Dezembro de 2007. — O Presidente, *Luís Miguel Rodrigues Sousinha*.